

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/39389	52335/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DGOEP [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À reunião de Executivo para deliberação, no âmbito do artigo 33º da Lei n.º75/2013, de 12 setembro na sua redação atual.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



RESOLUÇÃO

Processo: 46314/2025

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Autorização de ocupação de espaço público temporária

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Para efeitos de decisão e tendo em consideração a informação técnica, remete-se o assunto que se segue para apreciação e posterior notificação no prazo legal aplicável.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/36272 de 10 de Novembro de 2025.

RESOLUÇÃO

Defiro o pedido de ocupação de via pública temporária em causa, nos termos e condições estabelecidas na informação técnica de suporte à presente decisão.

Notifique-se o(a) requerente no sentido desta decisão.

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

João Vasconcelos Barros Rodrigues (1/1)
Presidente da Câmara Municipal
Data: 10/11/2025
HASH: 72f7a7ee1a2803776c4ee6e9c031f9



DESPACHO
Número: 2025-16374 Data: 10/11/2025

Código Validação: ZZF9296NFHAYSZA75E2J5R44
Verificação: <https://braga.balcaoeletronico.pt/>
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona



Processo de obra: 1/2021/3340/0
Processo: 46314/2025
Registo de entrada: 2025-E-RE-25358 de 29/10/2025

Requerente:

NIF:

Tipo de pedido: Ocupação de Via Pública por motivo de Obras temporária

Local da obra: Rua de São Bento, n.ºs 23-25-27-29, (São João do Souto), Braga.

Período: Um (1) dia-17/11/2025

Horário: 08h00 às 13h00

Assunto: Ocupação de Via Pública por motivo de Obras_ Equipamentos Móveis

Técnico:

Informação:

1. Caracterização da pretensão

O requerente vem, através do presente pedido, solicitar autorização para Ocupar a Via Pública (O.V.P.), para paragem de equipamento móvel, para a realização da betonagem da obra, sito no local acima referido, que se assinala.

2. Enquadramento legal da pretensão

A pretensão insere-se no disposto nos 1 e 3 do artigo 8º do Código da Estrada, na redação dada pela Lei n.º 72/2013 nos artigos D-1/6º, D-2/47º, D-2/52º e D-2/58º dos Capítulos I e III da parte D do Código Regulamentar do Município de Braga.

3. Análise de pretensão

A Ocupação de Via Pública (O.V.P.) consiste na paragem com equipamento móvel na Rua dos Falcões, local melhor identificado na imagem apresentada.

A área da O.V.P. é na faixa rodagem, condicionando a circulação de pessoas e de trânsito e resulta no corte total de via.

A realização de trabalhos compreende a betonagem da referida obra com recurso ao equipamento móvel adequado.

A obra em referência é relativa ao processo Licença / Autorização n.º 2024-1045, com licença de obra válida até 12/12/2025.

DESPACHO
Número: 2025-16374 Data: 10/11/2025

Código Validação: 7ZF9296NFHAYSZA75E2J5R44
Verificação: <https://braga.balcaoelectronico.pt/>
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona | Página 2 / 5



4. Parecer(es) interno(s) ou externo(s)

No âmbito da O.V.P. requerida foi oportunamente recolhido o parecer da Divisão de Mobilidade (DM).

5. Condições e condicionantes da OVP

Tendo em consideração o tipo de ocupação e sendo de carácter temporário, da parte da Divisão Gestão Ocupação do Espaço Público (DGOEP) não se vê inconveniente na pretensão, devendo ser assegurado o cumprimento das seguintes condições:

- Restringir-se à ocupação estritamente necessária, de forma a não prejudicar o uso público a que os bens do espaço público se encontram afetos, designadamente o trânsito de veículos e de peões;
- Devem ser salvaguardadas todas as normas de segurança e a paragem do equipamento deve ser devidamente sinalizada, a uma distancia mínima de 5,00m em relação ao veículo estacionado, de forma a evitar qualquer tipo de acidente;
- Assegurar as condições normais de trânsito;
- Deve ser delimitado o espaço de ocupação, através da colocação de sinalização e balizamento adequados, de forma a evitar qualquer tipo de acidente, e que visem impedir a circulação de pessoas no espaço onde os trabalhos se encontrem a decorrer;
- A O.V.P. não pode impedir o acesso a edifícios, nem pode constituir obstrução a circulação pedonal ou automóvel de forma livre e segura;
- A entidade requerente é responsável pela adoção de todas as medidas de segurança de terceiros, incluindo o recurso às autoridades policiais, para regulação e manutenção da fluidez e da segurança da circulação pedonal e rodoviária;
- Deverão ser informados da Ocupação de Via Pública por motivo de Obras todas as entidades competentes, comerciantes e moradores em geral;
- Devem ser cumpridas todas as normas de segurança dos trabalhadores, assim como as correspondentes a segurança de pessoas e bens;
- Imediatamente após os trabalhos é obrigatória a limpeza do espaço público;
- A reparação dos danos no espaço provocados no espaço público em consequência da execução de operações urbanísticas constitui encargo dos responsáveis pelas mesmas.

Proposta

Tendo em consideração o tipo de ocupação e sendo de carácter temporário, da parte da Divisão Gestão Ocupação do Espaço Público (DGOEP) não se vê inconveniente no deferimento da pretensão nos termos e condições da presente informação técnica.

À consideração superior.

DESPACHO
Número: 2025-16374 Data: 10/11/2025

Código Validação: ZZF9296NFHAYSZA75E2J5R44
Verificação: <https://braga.balcaoelectronico.pt/>
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona | Página 3 / 5



Processo nº 46314/2025

Requerente: ANTÓNIO ALVES SERAPICOS.

Local: RUA DE SÃO BENTO, Nº23, 25, 27 E 29, SÃO JOÃO DE SOUTO.

Assunto: OVP/CORTE DE VIA PARA APARCAMENTO DE CAMIÃO DE BETÃO E CAMIÃO BOMBA.

Data: 09/11/2025

Unidade Orgânica: Divisão de Mobilidade

Técnico Responsável: Joao Paulo Gonçalves de Castro

Informação Técnica

A presente análise enquadra a resposta à tarefa T/2025/121939 com a solicitação de parecer à Divisão de Mobilidade, por parte da Divisão de Gestão de Ocupação do Espaço Público.

1. Caracterização da pretensão

O Requerente solicita alteração da data de betonagem uma vez que a empresa responsável pelo serviço não o consegue executar nas datas anteriormente autorizadas (14 e 15 de novembro). É solicitada autorização de corte de via na rua dos Falcões, junto ao nº10(traseiras da obra localizada na rua de São Bento), freguesia de São João do Souto, para o dia 17 de novembro no período das 10.0h às 15.0h para betonagem com recurso a camião bomba. A OVP/corte de via acarreta condicionamento à circulação rodoviária.

O condicionamento referido enquadra-se no Artigo D - 1/6.º do Código Regulamentar do Município de Braga.

2. Alterações a efetuar ao PST

Apresenta plano de sinalização temporário (PST).

3. Condições

3.1. Tendo em conta os fins pretendidos e espaço a ocupar, pode autorizar-se o corte de via de acordo com a informação prestada.

3.2. Deverá ser implementado PST de acordo com o disposto no Regulamento de Sinalização de Trânsito (Decreto Regulamentar n.º 22 - A /98 de 1 de outubro, alterado pelo Decreto Regulamentar nº 41 /2002, de 20 de agosto).

3.3. Após a execução dos trabalhos, o requerente deverá repor a sinalização vertical eventualmente afetada ou deslocada, no mesmo tipo e qualidade de materiais, bem como todas as marcas rodoviárias deterioradas.

3.4. Deverá garantir-se a adequabilidade e conforto da circulação pedonal em cumprimento do Regime da Acessibilidade, Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, mantendo o passeio livre na totalidade.

DESPACHO
Número: 2025-16374 Data: 10/11/2025

Código Validação: ZZF0206NFHAYSZA75E2J5R44
Verificação: <https://braga.balcaoelectronico.pt/>
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona | Página 4 / 5



3.5. Deverá garantir-se o acesso carral às garagens assim como ao parque de estacionamento do edifício da PSP e hospital dos Lusíadas.

3.6. Devem ser salvaguardadas todas as normas de segurança em vigor.

3.7. No arruamento em causa não circulam transportes públicos.

3.8. Independentemente da autorização pelo período solicitado, deve o requerente desimpedir a via pública logo que os trabalhos estejam efetuados.

4. Proposta de decisão

4.1. Face ao exposto, e pelos fundamentos apresentados, verifica-se que não existe inconveniente no deferimento do pedido desde que o condicionamento seja executado de acordo com as características que se encontram supra descritas.

DESPACHO
Número: 2025-16374 Data: 10/11/2025

